



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA
GERÊNCIA DE INTERMEDIÇÃO E RECOLOCAÇÃO DO TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

PRIMEIRO PARTÍCIPE: Estado de Goiás, CNPJ nº 01.409.697/0001-11

Endereço: Praça Pedro Ludovico Teixeira, nº 3, Setor Central, Goiânia - Goiás, CEP 74.003-010

INTERVENIENTE: Secretaria de Estado da Retomada - SER, CNPJ 37.992.607/0001-05

Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO

Representante: César Augusto
Sotkeviciene Moura, CPF
587.145.881-53

Cargo: Secretário de Estado

SEGUNDO PARTÍCIPE: Município de Luziânia, CNPJ nº 01.169.416/0001-09

Endereço: PC VER NIRSON C LOBO, CEP 72.814-300

Representante: Diego Vaz
Sorgatto, CPF: 035.428.261-11,
RG: 4591126 SPTC/GO

Cargo: Prefeito

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título: Execução das atividades de Intermediação de Mão de Obra,

Seguro Desemprego e emissão de CTPS, no âmbito do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda, SINE-GO

Período de Execução: 24 meses, contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação.

Identificação do Objeto: garantia da manutenção do posto de atendimento ao trabalhador - SINE/GO - no âmbito do sistema público de emprego, trabalho e renda no Município de Luziânia, objetivando atender as necessidades do trabalhador no mercado de trabalho do município e região por ele abrangido.

Justificativa da Proposição: O presente projeto tem por finalidade estabelecer mútua cooperação técnica, por 24 meses, após a assinatura do ajuste entre a Secretaria de Estado da Retomada, com atribuições definidas nos arts. 43-A e 43-B da Lei nº 20.491/2019 e o Município de Luziânia, para manutenção do Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE , objetivando atender as necessidades do trabalhador à procura de emprego no município e região facilitando sua inserção no mercado de trabalho, propiciando o “encontro” entre os trabalhadores desempregados e as vagas disponíveis no mercado, contribuindo para a redução do Desemprego Friccional.

O presente projeto segue as diretrizes da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego-SPPE, do Ministério da Economia, estabelecidas pela [Portaria SPPE nº 3/2016](#), da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e em consonância com o previsto pelos arts. 8º, I e III e 9º da Lei nº 13.667/2018 e os critérios estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT visando a continuidade do Programa do Seguro-Desemprego, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda/ SINE conforme o Plano Plurianual - PPA vigente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e visa o desenvolvimento de Ações voltadas para:

- Implementar uma nova proposta de atendimento integrado ao trabalhador onde as orientações serão oferecidas com vista a sua maior eficiência de colocação no mercado de trabalho, com as áreas de Seguro-Desemprego, Intermediação de Mão de Obra, Programa de Geração de Emprego e Renda e Qualificação Social e Profissional.
- Proporcionar melhores condições de vida ao trabalhador goiano, através do desenvolvimento de atividades direcionadas pelo Sistema, no âmbito do SINE em Goiás de tal forma que posam efetivamente contribuir com a promoção social do trabalhador.

3 - METAS A SEREM ATINGIDAS

1ª Meta: formalização do Termo de Cooperação com vigência de 24 (vinte e quatro) meses;

2º Meta: Implementação de ações para a intermediação e (re)colocação no mercado de trabalho com:

2.1 - inscrição de trabalhadores em cadastro geral com a respectiva designação da sua experiência e capacitação;

2.2 - captação de vagas de trabalho junto às empresas com a devida especificação das exigências e requisitos para ocupá-las;

2.3 - colocação no mercado de trabalho de pessoas em situação de desemprego;

2.4 - Cadastramento para habilitação de trabalhadores no Seguro Desemprego - SD

3º Meta: inscrição em cursos junto aos COTECs.

4º Meta: Cadastro de microempreendedores para linha de Crédito.

4 - FASES, ETAPAS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	FASE	ETAPA	RESPONSABILIDADE	DATA DE CONCLUSÃO
1ª META	formalização do Termo de Cooperação em que fiquem consignadas as obrigações dos Partícipes para a operacionalização da UAT-SINE.	1	SER / Município de Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
2.1 META	inscrição de trabalhadores em cadastro geral com a respectiva designação da sua experiência e capacitação.	2.1	UAT-SINE Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do

				Estado de Goiás.
2.2 META	captação de vagas de trabalho junto às empresas com a devida especificação das exigências e requisitos para ocupá-las.	2.2	UAT-SINE Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
2.3 META	colocação no mercado de trabalho de pessoas em situação de desemprego.	2.3	UAT-SINE Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
2.4 META	cadastramento para habilitação de trabalhadores no Seguro Desemprego - SD.	3	UAT-SINE Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
				24 meses contados a partir da assinatura dos

3ª META	inscrição em cursos junto aos COTECs	3	UAT-SINE Luziânia	partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
4ª META	Cadastro de microempreendedores para linha de Crédito.	4	UAT-SINE Luziânia	24 meses contados a partir da assinatura dos partícipes e eficácia a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS: Não haverá repasse de recursos financeiros decorrentes da execução deste objeto entre os partícipes.

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: não há.

7. DAS RESPONSABILIDADES: o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas no cronograma de execução fica a cargo dos gestores designados por atos próprios de cada um dos Partícipes.

Aprovação do Plano de Trabalho pelos Partícipes:

(assinado digitalmente)

CÉSAR AUGUSTO SOTKEVICIENE MOURA
Secretário de Estado da Retomada

(assinado digitalmente)

Diego Vaz Sorgatto
Prefeito do Município de Luziânia



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 26/09/2023, às 12:59, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO VAZ SORGATTO, Usuário Externo**, em 04/10/2023, às 15:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **51937542** e o código CRC **2574C04B**.

GERÊNCIA DE INTERMEDIÇÃO E RECOLOCAÇÃO DO TRABALHO
RUA 82 Nº 400 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74015-908 - GOIANIA
- GO 0- PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º ANDAR, ALA
LESTE (62)3201-8061



Referência: Processo
nº 202119222000205



SEI 51937542



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 3/2023 - RETOMADA/GO

TERMO
DE
COOPERAÇÃO
TÉCNICA
Nº.
03/2023,
que
entre
si
celebram
o
ESTADO
DE
GOIÁS
por
intermédio
da
SECRETARIA
DE
ESTADO
DA
RETOMADA
-
SER
e
o
MUNICÍPIO
DE
LUZIÂNIA,
na
forma
abaixo.

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.409.580/0001-38, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA**, CNPJ 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Ala Oeste, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representado pelo seu titular Sr. **César Augusto Sotkevicieni Moura**, brasileiro, RG sob o n.º 3100305 SSPGO, inscrito no CPF sob o n.º 587.145.881-53, residente e domiciliado no município de Goiânia-GO, decreto de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás n.º 23.363 no dia 12/08/2020, doravante denominado **PRIMEIRO PARTÍCIPE** e o **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.169.416/0001-09, com sede Praça Nirson Carneiro Lobo, nº 34, Centro, Luziânia- Goiás, CEP: 72.800-060, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **DIEGO VAZ SORGATTO** brasileiro, RG sob o n.º 4591126 SPTC GO, inscrito no CPF sob o n.º 035.428.261-11, residente e domiciliado na cidade de Luziânia, doravante denominado **SEGUNDO PARTÍCIPE**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, em observância às disposições da Lei nº 8666/1993, e suas alterações, Lei Estadual nº 17.928/12, tudo constante no processo 202119222000205, mediante as cláusulas

e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de mútua cooperação técnica entre os Partícipes, para implantação e manutenção do Posto de Atendimento ao Trabalhador - UAT/SINE/GO, com a finalidade de atender as necessidades do Trabalhador/Empregador, em relação ao mercado de trabalho do município e região, abrangido pela unidade, em cumprimento do disposto nos art. 8º, I e III e art. 9º da Lei nº 13.667/2018 e da Portaria SPPE nº 3/2016, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério da Economia.

1.2. Não haverá repasse de recursos decorrentes da execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica, cabendo a cada um o custeio das despesas das ações que lhe competir.

1.3. Integram este ajuste o Plano de Trabalho (47991036).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FINALIDADES DA UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

2.1. São finalidades da Unidade de Atendimento ao Trabalhador:

I - prestar informações e orientações aos trabalhadores na procura por empregos e, aos empregadores, na busca de recursos humanos, auxiliando na colocação e recolocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis, bem como o seu recrutamento por parte dos empregadores, a fim de promover o encontro de ambos.

II - atuar como mecanismo de intermediação para treinamento, estabelecendo com as entidades afins, públicas e privadas, ações cooperativas para implementação de projetos que visem à adequação de mão de obra à diversificação da demanda do mercado de trabalho da região;

III - desenvolver ações específicas voltadas para a promoção do trabalhador subempregado e desempregado, diretamente ou por meio de trabalho conjunto com órgãos e/ou instituições locais;

IV - oferecer atendimento ao Empregado/Empregador, informações sobre o Programa "Mais Emprego", com intermediação de mão de obra, matrícula nos cursos de capacitação e qualificação profissional aplicados pelos COTECs e cadastro para linha de crédito específica operacionalizada pela Goiás fomento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS COMPROMISSOS DOS PARTÍCIPES

3.1. Em decorrência do presente ajuste, os Partícipes assumem os seguintes compromissos:

3.1.1. A RETOMADA se obriga a:

I - Orientar, técnica e administrativamente, o desenvolvimento do trabalho dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, supervisionando-o em todas as fases;

II - Promover o treinamento dos recursos humanos cedidos pelo MUNICÍPIO, para desempenho de funções junto aos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO;

III - Participar do processo de divulgação dos serviços prestados pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, esclarecendo tratar-se de ação conjunta, desenvolvida pelos Partícipes;

IV - Disponibilizar equipamentos e materiais permanentes, necessários à instalação e funcionamento dos Postos de

Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, de acordo com suas possibilidades;

V - Fornecer veículo, por meio de Termo de Cessão de Uso, quando houver disponibilidade, para o desenvolvimento das ações integradas de atendimento ao trabalhador, especialmente na captação de vagas de trabalho;

VI - Fornecer aos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, quando disponível, material de consumo, bem como instrumentos operacionais padronizados, necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

VII - Instalar o circuito de transmissão de dados e responsabilizar-se pelo pagamento de suas contas;

VIII - Providenciar modelo da placa de identificação do Posto de Atendimento ao Trabalhador - UAT/SINE/GO, conforme orientações do projeto de identificação visual do Ministério da Economia. A identificação do Governo Federal, do Ministério da Economia, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do SINE, devem receber o mesmo destaque dado à Secretaria de Estado da Retomada e do MUNICÍPIO;

IX - Avaliar, sistematicamente o desempenho dos Postos de Atendimento ao Trabalhador- UAT/SINE/GO, propondo medidas para sua adequação às demandas requeridas;

X - Executar as diretrizes básicas necessárias ao objeto aqui acordado, podendo, para tanto, promover outras parcerias com escolas, empresas, universidades, entidades de classe e da sociedade civil organizada, organismos internacionais, ou outras instituições com atividades correlatas;

XI - Supervisionar trimestralmente, através da Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho -SINE/GO, a operacionalização das atividades do Sistema, desenvolvidas nos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, por meio de funcionário especialmente indicado para tanto, o qual terá amplos poderes para convocar reuniões, realizar entrevistas, mantendo contatos formais e/ou informais, enfim, praticar todos os atos necessários ao estrito cumprimento de sua delegação, devendo o mesmo apresentar relatórios circunstanciados desta supervisão;

XII - Promover, quando assegurado o repasse de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a manutenção necessária dos bens móveis disponibilizados para o uso dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO;

XIII - Disponibilizar, quando possível, servidores do quadro do Estado, para desenvolver as ações do SINE junto aos Postos;

XIV - Realizar sempre que necessário treinamento para atualização de conhecimentos e novas técnicas de atendimento, o qual será ministrado na UAT/SINE/Setor Central/Goiânia-Go ou em outro local determinado por técnicos da Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho ou profissionais especializados designados pelo SINE.

3.1.2. O MUNICÍPIO se obriga a:

I - Providenciar o espaço físico necessário - área total (mínima) 60m², para instalação e funcionamento da UAT/SINE/GO, que deverá ser composto no mínimo de 01 (uma) sala de espera/recepção, 01 (uma) sala para atendimento com no mínimo 03 (três) guichês, 01 (uma) sala reservada para chefia, 01 (uma) copa e banheiros individualizados (masculino/feminino) e acessibilidade, de acordo com o padrão definido no Manual de Gestão para os Postos do SINE, disponibilizado pelo Ministério da Economia;

II - Disponibilizar, a suas expensas, no mínimo 3 (três) servidores para exercer as atividades desenvolvidas pelo Posto de

Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, cujo perfil apresente os seguintes requisitos: ensino médio completo, dinamismo, conhecimentos na área de informática e noções sobre mercado de trabalho, via ofício endereçado à RETOMADA;

III - Providenciar permanente serviço de vigilância do imóvel onde funcionar o Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, quer diretamente, por meio de servidores de seu próprio quadro, quer indiretamente, por empresa especializada;

IV - Não transferir ou remanejar servidores de que trata o no 3.1.2, II, por período inferior a 01 (um) ano e sem prévia e expressa concordância da RETOMADA, salvo nos casos de inaptidão com iminente prejuízo às atividades colimadas ou de relevante motivo de interesse público, devido e previamente justificada;

V - Disponibilizar equipamentos e materiais permanentes necessários à instalação e perfeito funcionamento da UAT/SINE/GO, quando da impossibilidade da RETOMADA;

VI - Fornecer material de consumo necessário à operacionalização do Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, quando da impossibilidade da RETOMADA, exceto quanto aos instrumentos operacionais padronizados;

VII - Responsabilizar-se pela divulgação dos serviços prestados pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, esclarecendo tratar-se de trabalho conjunto desenvolvido pelos Partícipes, seguindo sempre o padrão indicado pela RETOMADA, observando os critérios impostos pelo § 1º, do Art. 37, da Constituição Federal;

VIII - Responsabilizar-se pela manutenção dos Postos de Atendimento ao Trabalhador -SINE/GO, no que tange às despesas com serviço de reprografia e impressão (xérox), postagem de documentos, consumo de água tratada, energia elétrica, serviço telefônico, IPTU e outras taxas/tarifas incidentes sobre o imóvel, bem como outros serviços originados com a consecução do objeto;

IX - Responsabilizar-se pelos equipamentos e materiais permanentes, inclusive veículo, caso seja disponibilizados pela RETOMADA, mantidos sob sua guarda, os quais não poderão ser emprestados, cedidos a qualquer título ou doados a terceiros, ficando inteiramente responsável por qualquer dano ou extravio deles, colocando-os à disposição sempre que previamente solicitados;

X - Assumir os respectivos ônus, inclusive aqueles originados com a reposição, sempre que houver prejuízo, perda, roubo ou dano aos bens referidos no item anterior;

XI - Encaminhar, previamente à RETOMADA, a relação dos servidores que deverão ser qualificados e/ou requalificados, para atendimento no Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, a fim de que sejam inscritos no Ministério da Economia;

XII - Responsabilizar-se pelas despesas referentes à passagem, hospedagem e alimentação, proveniente de treinamento ou capacitação de servidores;

XIII - Levar ao conhecimento da RETOMADA os projetos idealizados com o fim de aperfeiçoar os objetivos do Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO, para se for o caso, posterior aprovação;

XIV - Assumir o litisconsórcio passivo de interpelações judiciais ou extrajudiciais, imputadas à RETOMADA, provenientes da execução deste Termo de Cooperação Técnica, arcando, proporcionalmente, com os respectivos ônus e, se for o caso, com indenizações, sempre que houver prejuízos ou danos comprovados a terceiros diretamente envolvidos, com atribuída obrigação pelo Órgão Competente;

XV - Colaborar na apuração das causas de eventuais extravios, perdas ou furtos de bens, pertences ou qualquer outro objeto sob sua guarda, de propriedade ou interesse da RETOMADA;

XVI - Prestar, sem restrição, apoio necessário ao bom desempenho das atividades decorrentes do presente ajuste;

XVII - Caso haja disponibilização de veículo pela RETOMADA ao MUNICÍPIO, este obrigará-se pelo pagamento de multas decorrentes de infrações cometidas pelo (s) condutor (es) do veículo disponibilizado por meio de Termo de Cessão de Uso, datado e assinado por ambas as partes, que fará parte integrante deste instrumento, seja por atos praticados na direção dos mesmos, seja por infração referente à *prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características, componentes, agregados, habilitação legal e compatível de seus condutores*, quando esta for exigida, assim como, arcar com as despesas referentes a pagamento de licenciamento e seguro obrigatório do referido veículo, sendo de sua inteira responsabilidade a não interposição de recursos ao órgão competente.

XVIII - Responsabilizar-se pelo fornecimento de combustível e manutenção geral do veículo, quando disponibilizado pela RETOMADA;

XIX - Responsabilizar-se a utilizar o veículo, quando disponibilizado pela RETOMADA, exclusivamente para serviços adstritos ao cumprimento deste Termo de Cooperação Técnica.

3.2. Para fins do disposto no 3.1.2, II, sobre o número de servidores a ser cedido, 50% (cinquenta por cento) deve fazer parte do quadro efetivo da Administração municipal e obedecerá ao quantitativo definido no Projeto de padronização dos Postos de Atendimento ao Trabalhador.

3.3. Quando houver investimentos nas instalações físicas do prédio com recursos oriundos do FET-Fundo Estadual do Trabalho de Goiás, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego-SINE o MUNICÍPIO se responsabilizará pela continuidade deste instrumento, pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, contados a partir da conclusão do referido investimento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR - UAT/SINE:

4.1. São atividades da Unidade de Atendimento ao Trabalhador - UAT/SINE:

I - Atuar nas áreas de Intermediação de Mão de Obra (Inscrição, Captação de Vagas, encaminhamento/colocação), Seguro Desemprego (Habilitação), programa Mais Empregos e orientações sobre Emissão de CTPS/DIGITAL;

II - Apresentar, mensalmente à RETOMADA, via Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho, e a Prefeitura Municipal, relatórios sobre os resultados das atividades executadas e dos serviços prestados, dentro dos prazos abaixo discriminados:

a) Intermediação de Mão de obra — extraído do BGIMO no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Seguro Desemprego — até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente, ou no primeiro dia útil imediatamente após, quando coincidir com fim de semana ou feriados nacionais;

c) Emissão de CTPS — no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente.

III - Solicitar por escrito a RETOMADA, via Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho, quando necessário, o material de consumo necessário ao desempenho de suas

atividades;

IV - Comunicar, imediatamente, a RETOMADA, via Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho, por escrito, a ocorrência de fato que afronte as regras descritas neste Termo de Cooperação Técnica, a fim de que seja, adotadas as providências cabíveis ao caso, tal como rescisão, sob pena de coresponsabilidade;

V - Responsabilizar-se pela perfeita distribuição dos servidores que compõem a equipe técnica/operacional envolvida na execução do objeto do presente instrumento;

VII - Apresentar, semestralmente, a RETOMADA, via Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho, relação dos servidores que estejam envolvidos diretamente em suas atividades, contendo, obrigatoriamente, os seguintes dados: nome completo, cargo, função, salário mensal percebido, situação funcional e órgão pagador;

VIII - Produzir e/ou complementar informações sobre a estrutura e organização do mercado de trabalho local, implicando em levantamentos e análises, principalmente para subsidiar sua própria operacionalização.

4.2. A comprovação da Intermediação de Mão de Obra de trabalhadores colocados dar-se-á mediante certificado de atestado dos empregadores contidos nas "Cartas de Encaminhamento", as quais deverão ser mantidas em arquivos organizados pela UAT/SINE/GO e disponíveis para verificação da Gerência de Intermediação e Recolocação do Trabalho /SER.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CHEFIA DA UAT

5.1. A escolha da chefia do Posto de Atendimento ao Trabalhador - SINE/GO será feita de comum acordo entre os Partícipes e terá como principal atribuição à direção geral da Unidade, representando-a perante quaisquer órgãos de todas as esferas e poderes, responsabilizando-se inteiramente pelas informações constantes dos relatórios apresentados, sob as penas da lei.

5.2. Se decorridos 15 (quinze) dias, o item anterior não for atendido, por qualquer motivo, a RETOMADA nomeará uma chefia, que responderá interinamente, com as mesmas atribuições do titular do cargo, para nele permanecer até que se conclua a escolha definitiva.

5.3. Ocorrendo inadequação da chefia do Posto de Atendimento ao Trabalhador -SINE-GO, por motivo de não atendimento das metas previstas e da qualidade exigida para a prestação deste serviço, fica ressalvado o direito da RETOMADA de solicitar que o MUNICÍPIO promova a substituição imediata.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO GESTOR

6.1. A RETOMADA nomeará o gestor do Termo de Cooperação Técnica, mediante portaria, visando o acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento das obrigações firmadas neste Termo de Cooperação Técnica.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. Este instrumento terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com sua eficácia condicionada à publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

8.1. O referido Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado ou rescindido de pleno direito a qualquer tempo pelos Partícipes, mediante comunicação escrita, com

antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas ou condições, por resultado insatisfatório tendo por referência as metas estipuladas no Plano de Trabalho, ou por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutáveis.

8.2. A rescisão por descumprimento de cláusulas ou condições não exime o responsável de responder por eventuais perdas e danos a que der causa.

9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. Excetuando-se o teor de seu objeto, o Termo de Cooperação Técnica poder ser alterado, por mútuo entendimento entre os celebrantes, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE

10.1. A responsabilidade administrativa, civil e criminal pelo uso inadequado das informações obtidas pelos Partícipes, objeto do Termo de Cooperação Técnica, serão apuradas na forma da lei, pelas suas respectivas Corregedorias, isentando a RETOMADA e o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive subsidiária ou de regresso, seja por perdas e danos, danos morais, lucros cessantes ou deles decorrentes, pelos atos praticados pelos servidores uma da outra.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO

11.1. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Cooperação Técnica será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

11.2. Fica vedada aos Partícipes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho.

11.3. Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1. Para que este Termo de Cooperação Técnica atenda aos princípios legais da Administração Pública, o instrumento será publicado pela Secretaria da Retomada no Diário Oficial do Estado do Goiás, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO

13.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018

13.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todos os avisos, comunicações e notificações inerentes ao Termo de Cooperação Técnica serão realizados por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

14.2. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste ajuste serão dirimidas pelos Partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.

E assim, estando de comum acordo com os termos e condições estampadas nas cláusulas alinhadas no referido Termo, os Partícipes assinam o presente Termo de Cooperação Técnica.

Pelo PRIMEIRO PARTÍCIPE:

CÉSAR AUGUSTO SOTKEVICIENE MOURA
Secretário de Estado da Retomada

Pelo SEGUNDO PARTÍCIPE:

DIEGO VAZ SORGATTO
Prefeito do Município de Luziânia



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 25/09/2023, às 12:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO VAZ SORGATTO, Usuário Externo**, em 04/10/2023, às 15:36, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **51936041** e o código CRC **C6B1881C**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
RUA 82, 400, PALÁCIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, 2º ANDAR ALA
LESTE - SETOR CENTRAL - GOIÂNIA - GO - CEP 74015-095.



Referência: Processo
nº 202119222000205



SEI 51936041